



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

O Mercado de Seguros

Os segmentos de Automóveis e Ramos Elementares registraram o montante de R\$ 44,372 bilhões até dezembro de 2012 (R\$ 39,079 bilhões em 2011), demonstrando um crescimento de 13,54%.

Desempenho das Operações de Seguros

A Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros apresentou, no exercício, faturamento de R\$ 4,490 bilhões (R\$ 4,050 bilhões no exercício de 2011), representando um crescimento de 10,86%. No ramo de automóveis, a Companhia manteve a política de tarifação pela característica individual de cada segurado (Perfil). Nos ramos elementares, atuou em seguros corporativos e massificados, onde obteve um expressivo crescimento em prêmio de 25,2% na carteira de seguros residenciais, ultrapassando 2 milhões de residências seguradas.

Inovações em Produtos e Serviços

Visando a oferecer a melhor proteção para o patrimônio dos seus segurados, a Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros busca inovar e aperfeiçoar continuamente o seu portfólio de produtos e serviços. No exercício de 2012 destacaram-se as seguintes ações: Aplicativo para *iPad* – possibilita ao segurado acessar, de forma rápida e prática, as informações das apólices de seguro Auto e Residencial, como coberturas contratadas, demonstrativo financeiro, endossos realizados e até a quantidade de dias que falta para o vencimento do seguro; e

Bradesco Auto Center (BAC) – inauguração de mais oito unidades nas cidades de Osasco, Goiânia, Recife, Vitória, Campinas, Maceió, Rio de Janeiro e São Paulo. No Bradesco Auto Center os segurados contam com diversos serviços, como atendimento a sinistros, vistoria prévia, retirada de carro reserva, reparo e troca de vidros, entre outros. Um dos benefícios inovadores é a possibilidade de agendamento dos serviços pela *internet* em um *site* exclusivo, www.bradescoautocenter.com.br ou pela Central de Atendimento, proporcionando mais conforto e comodidade para os segurados. As demais unidades do centro automotivo estão distribuídas pelo País nas cidades de Belo Horizonte, Curitiba, Joinville, Natal, Porto Alegre, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Santo André e São Paulo. Bradesco Seguro Primeira Proteção Veicular – foi lançado o produto de Assistência e Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos destinado a correntistas do Banco Bradesco que possuem automóveis de passeio e picapes leves, mas não contrataram seguro compreensivo. Com contratação simplificada, pode ser pago por meio de débito em conta corrente ou cartão de crédito. Além da proteção da Assistência Dia e Noite, o segurado conta com o Clube do Segurado, um programa de descontos em produtos e serviços, inclusive de manutenção automotiva, por meio de um *site* na *internet*.

Resultado do Exercício

A Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros apresentou, no exercício de 2012, Lucro Líquido de R\$ 127,455 milhões (R\$ 165,950 milhões no exercício de 2011).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da Bradesco Auto/RE, em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

Evento Societário

Por meio de instrumento particular de compra e venda de ações, celebrado em 7 de maio de 2012, a Companhia alienou integralmente sua participação na Empresa Atlântica Companhia de Seguros para Bradesco Seguros S.A. pelo valor patrimonial.

As informações detalhadas sobre o evento societário constam nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Reconhecimento

Pelo terceiro ano consecutivo, o seguro residencial da Bradesco Auto/RE foi considerado a "Escolha Certa" em levantamento realizado pela ProTeste – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor. Na avaliação final, em que foram analisados seis perfis de propostas de seguros e algumas coberturas adicionais, a Seguradora obteve a melhor nota entre as 13 empresas participantes. A Bradesco Auto/RE foi a única Seguradora a obter nota máxima em três itens de cobertura: incêndio, queda de raio e explosão; furto ou roubo e privação temporária do uso da habitação. A pesquisa teve os seus resultados apresentados na edição de junho da revista Dinheiro & Direitos, publicada mensalmente pela ProTeste, organização da sociedade civil de interesse público, fundada com o objetivo de informar, orientar e defender o consumidor no Brasil e contribuir para a evolução do mercado de consumo.

Responsabilidade Socioambiental

Programa Auto Reciclagem – projeto pioneiro que atende 75% do território brasileiro e consiste no reaproveitamento de sucatas e peças substituídas de veículos danificados em acidentes. As peças são doadas às empresas de reciclagem, que devem possuir certificação de empresas especializadas na coleta desses itens para o processo de reciclagem. A Seguradora disponibiliza consulta a um sistema *online* através do qual a empresa credenciada pode verificar em quais oficinas há material disponível para reciclagem, visando planejar a logística de coleta. Nesse sentido, pode-se acompanhar toda a cadeia de reciclagem, evitando que peças de automóveis sejam depositadas em margens de rios ou em terrenos baldios. Desde o seu lançamento, em 2009, o Programa já recolheu cinco mil toneladas de material.

Riscos: operacional, crédito, mercado, subscrição e liquidez

O Grupo Bradesco Seguros, em linha com os modelos adotados nos mercados nacional e internacional, e em atendimento à legislação vigente, estruturou uma área independente de Estudos Atuariais e Gestão de Riscos, que atende às melhores práticas de Governança Corporativa.

Estão inseridas nesse contexto as disseminações da cultura de gestão de riscos operacionais em vários níveis, a divulgação de Políticas Corporativas, Normas Internas e Manual de Procedimentos Internos, visando ao monitoramento contínuo da exposição aos riscos. O Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros reúne-se, trimestralmente, com a atribuição de aprovar estratégias, definir diretrizes, normas e procedimentos, bem como homologar os assuntos relevantes relacionados à Gestão de Riscos, visando ao processo de mitigação dos eventos de perdas de acordo com a especificidade de cada risco.

O Grupo Bradesco Seguros mantém níveis de capital de acordo com os requerimentos regulatórios. Nos termos da legislação vigente, o capital mínimo requerido para funcionamento das sociedades seguradoras é composto por um capital base e um capital adicional para cobertura dos riscos de subscrição, de crédito, de mercado e operacional. Até que o CNSP regule o capital adicional

pertinente a todos os riscos previstos na legislação, o capital mínimo requerido deverá ser o maior valor entre a soma do capital base com o capital adicional e a margem de solvência, calculada por meio de resolução específica.

Governança Corporativa

Com o objetivo de estar em linha com as melhores práticas de governança corporativa, agindo com equidade e transparência na prestação de contas, o Grupo Bradesco Seguros busca permanentemente o aperfeiçoamento do seu sistema de gestão institucional. Para isso, possui Comitês que dão suporte ao Órgão de Administração na condução do processo de decisão para cumprimento do direcionamento estratégico, na busca constante de melhores resultados, dentro dos mais elevados padrões éticos. O Grupo conta também com área de Ouvidoria para acolher opiniões, críticas e reclamações, que são tratadas com confidencialidade, bem como com Códigos de Conduta Ética, disponibilizados a todos os públicos com os quais se relaciona, resultado do compromisso constante em promover e definir com clareza as responsabilidades e a postura que devem pautar a atuação dos profissionais que integram as empresas do Grupo.

Destaca-se o ELC – *Entity Level Controls*, que se constitui em um conjunto de procedimentos de avaliação do nível de governança corporativa, com o propósito de mensurar o entendimento, aderência e comunicação dos temas que compõem o ambiente de controle do Grupo.

Controles Internos e Compliance

No exercício de 2012, com base na política corporativa definida e visando atender às determinações legais sobre o tema, a Bradesco Auto/RE prosseguiu com a avaliação e o aperfeiçoamento dos seus instrumentos, que integram o Sistema de Controles Internos do Grupo Bradesco Seguros. Os processos são continuamente reavaliados, e os testes de aderência, para aferir a efetividade dos controles existentes, regularmente aplicados, em conformidade com os principais *frameworks* de controles, como o COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e o COBIT – *Control Objectives for Information and Related Technology*, que abrangem, respectivamente, aspectos de negócios e tecnologia.

Os trabalhos de controles internos são desenvolvidos em conjunto com as diversas áreas gestoras de serviços, produtos e processos, cujos testes de aderência são aplicados com a periodicidade requerida, sendo os resultados reportados periodicamente ao Comitê de Controles Internos e *Compliance* e, sob demanda, ao Comitê de Auditoria da Organização Bradesco.

Quanto à Lei Sarbanes-Oxley, a Bradesco Auto/RE é certificada anualmente pela Auditoria Independente, que ratifica a efetividade, eficácia e suficiência dos controles que suportam as Demonstrações Contábeis, resultando na difusão da importância da cultura de controle.

Para obtenção e manutenção de conformidade às leis e aos regulamentos, o Grupo Bradesco Seguros verifica, diariamente, a publicação de novos normativos pelos Órgãos reguladores, informa as áreas afetadas e acompanha a implementação tempestiva das ações necessárias, de forma a garantir que as práticas operacionais estejam em conformidade.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Bradesco Auto/RE possui o compromisso permanente de prevenir e combater sistematicamente a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e a Corrupção. Atua constantemente para assegurar a conformidade às leis e normas, editadas pelos Órgãos competentes, relativas aos temas e no relacionamento diferenciado com os clientes enquadrados na condição de Pessoas Politicamente Expostas, cooperando assim com os esforços das autoridades governamentais de controle.

Diante desse compromisso, em 2012 ocorreu a consolidação e o aperfeiçoamento das ferramentas de trabalho, dos controles e dos sistemas utilizados, que são permanentemente reavaliados e dão suporte ao processo de detecção e comunicação das operações/ocorrências (automáticas e suspeitas) ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF. Em conformidade com a Lei nº 12.683, de 09.07.2012, que visa tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro e a publicação de novas regras pela SUSEP através da Circular nº 445, de 02.07.2012, realizou-se uma revisão nos normativos internos, materiais de apoio e procedimentos. O assunto também foi enfatizado nos programas de treinamento, objetivando a conscientização e capacitação constante do quadro de colaboradores.

Prevenção à Fraude

A Bradesco Auto/RE, em consonância com a regulamentação vigente no que diz respeito à Prevenção à Fraude, mantém-se vigilante em desestimular, prevenir, detectar e combater ocorrências que possam caracterizar indícios de cometimento de fraudes, assim como em minimizar riscos operacionais, regulatórios e reputacionais aos quais a empresa possa estar sujeita, caso venha a ser envolvida em tentativas para negócios ou práticas de fraudes.

Ao longo do exercício, priorizou a revisão e a publicação de materiais relativos ao assunto, com vistas a fomentar e estimular a tempestiva capacitação e o constante treinamento dos colaboradores da Companhia, aumentando a eficiência no combate à fraude.

Plano e Gestão de Continuidade de Negócios

A Bradesco Auto/RE, com a finalidade de assegurar a continuidade de seus processos críticos/essenciais de negócios, principalmente aqueles voltados para relacionamento e atendimento aos clientes, possui Plano de Continuidade de Negócios – PCN, implementado e testado. O PCN é um conjunto de estratégias e planos de ação que são ativados quando da ocorrência de um evento, independentemente de sua proporção, que interrompa a continuidade de suas operações.

Segurança da Informação

A informação é um dos elementos do negócio mais importante para o Grupo Bradesco Seguros. O zelo pela informação, no que tange a sua disponibilidade, integridade e confidencialidade, tem sido uma meta constante da governança da informação. Nessa linha, são realizados trabalhos de revisões periódicas nos Sistemas de Informação, assim como são analisadas normas e regulamentos de caráter interno e externo, que incidem em alterações nas instruções, riscos e controles de Segurança da Informação.

Diante desse compromisso, o Grupo tem realizado a disseminação da cultura, por meio da divulgação da Política Corporativa de Segurança da Informação, da administração de palestras, da disponibilização de curso e da publicação de matérias nos canais internos de comunicação disponíveis, abordando os mais diversos temas, com o intuito de garantir a conformidade com as melhores práticas de Segurança da Informação disponíveis no mercado.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos segurados e corretores, o apoio recebido do Órgão regulador e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2013.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	Nota	2012	2011
ATIVO CIRCULANTE		3.274.195	3.799.207
Disponível		53.769	169.190
Caixa e bancos		36.025	46.397
Equivalente de caixa		17.744	122.793
Aplicações	4	964.805	1.578.357
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.059.508	1.116.349
Prêmios a receber	6	990.089	996.798
Operações com seguradoras		9.248	15.696
Operações com resseguradoras	7	9.611	31.465
Outros créditos operacionais		50.560	72.390
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	696.896	492.312
Títulos e créditos a receber		19.153	19.491
Títulos e créditos a receber		4.762	4.833
Créditos tributários e previdenciários	9	12.590	12.805
Outros créditos		1.801	1.853
Outros valores e bens		51.928	41.996
Bens à venda	8	51.833	41.982
Outros valores		95	14
Despesas antecipadas		56.454	52.933
Custos de aquisição diferidos	17c	371.682	328.579
Seguros		371.682	328.579
ATIVO NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		4.312.159	2.805.819
Aplicações	4	3.177.240	1.809.877
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	65.428	62.267
Títulos e créditos a receber		243.833	240.492
Títulos e créditos a receber		100	265
Créditos tributários e previdenciários	9	94.594	91.601
Depósitos judiciais e fiscais	10	133.757	141.807
Outros créditos a receber		15.382	6.819
Despesas antecipadas		1.705	793
Custos de aquisição diferidos	17c	39.124	15.483
Seguros		39.124	15.483
Investimentos		647.371	593.851
Participações societárias - financeiras	11	646.628	593.326
Outros investimentos		743	525
Imobilizado	12	35.642	34.296
Imóveis de uso próprio		1.711	1.730
Bens móveis		12.155	12.212
Outras imobilizações		21.776	20.354
Intangível	13	101.816	48.760
Outros intangíveis		101.816	48.760
TOTAL DO ATIVO		7.586.354	6.605.026

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota	2012	2011
PASSIVO CIRCULANTE		4.383.756	3.961.483
Contas a pagar		261.628	278.608
Obrigações a pagar	14	162.328	177.022
Impostos e encargos sociais a recolher		71.189	66.086
Encargos trabalhistas		11.594	11.796
Impostos e contribuições	15	15.022	22.623
Outras contas a pagar		1.495	1.081
Débitos de operações com seguros e resseguros		229.085	248.246
Prêmios a restituir		5.100	5.683
Operações com seguradoras		11.102	11.580
Operações com resseguradoras	7c	98.814	95.466
Corretores de seguros e resseguros		107.091	128.143
Outros débitos operacionais		6.978	7.374
Depósitos de terceiros	16	71.029	63.787
Provisões técnicas - seguros	17	3.822.014	3.370.842
Danos		3.822.014	3.370.842
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.009.485	702.956
Contas a pagar		160.650	55.309
Tributos diferidos	18	160.650	55.309
Provisões técnicas - seguros	17	718.747	546.622
Danos		718.747	546.622
Outros débitos		130.088	101.025
Provisões judiciais	19	130.088	101.025
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	2.193.113	1.940.587
Capital social		1.323.700	1.323.700
Reservas de reavaliação		636	640
Reservas de lucros		667.663	570.475
Ajustes com títulos e valores mobiliários		201.114	45.772
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.586.354	6.605.026

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2012	2011
Prêmios emitidos líquidos	25a	4.489.788	4.050.089
Varição das provisões técnicas		(207.740)	(190.099)
Prêmios ganhos		4.282.048	3.859.990
Receitas com emissão de apólices		131.304	167.899
Sinistros ocorridos	25b	(2.899.086)	(2.482.972)
Custos de aquisição	25c	(787.956)	(689.808)
Outras receitas e (despesas) operacionais	25d	(325.635)	(240.866)
Resultado com resseguro	25e	57.285	(67.625)
Receita com resseguro		283.483	112.443
Despesa com resseguro		(226.198)	(180.068)
Despesas administrativas	25f	(716.015)	(713.084)
Despesas com tributos	25g	(103.387)	(85.027)
Resultado financeiro	25h	379.577	398.904
Resultado patrimonial	11	149.408	108.651
Resultado operacional		167.543	256.062
Ganhos e perdas com ativos não correntes		-	(51)
Resultado antes dos impostos e participações		167.543	256.011
Imposto de renda	26	(13.705)	(44.517)
Contribuição social	26	(6.181)	(27.076)
Participações sobre o resultado		(20.202)	(18.468)
Lucro líquido do exercício		127.455	165.950
Quantidade de ações		180.753	180.753
Lucro por ação - R\$		705,13	918,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	127.455	165.950
Realização da reserva de reavaliação	7	7
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda		
Companhia	256.638	46.954
Controlada	2.265	(422)
Efeitos dos impostos	(103.564)	(18.616)
Total do resultado abrangente do exercício	282.801	193.873
Atribuível ao controladores	282.801	193.873

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

	2012	2011
Atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos e participações	167.543	256.011
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	23.515	11.990
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(149.409)	(108.651)
Perda na alienação de investimentos	-	51
Lucro ajustado do exercício	41.649	159.401
Variações nas contas patrimoniais (Aumento)/Redução:		
Aplicações	(753.811)	(429.842)
Créditos das operações de seguros e resseguros	35.011	(102.412)
Outros créditos operacionais	21.831	(47.965)
Ativos de resseguros provisões técnicas	(207.745)	(23.312)
Títulos e créditos a receber	(888)	27.788
Outros valores e bens	(9.932)	(5.155)
Despesas antecipadas	(4.433)	(1.644)
Custos de aquisição diferidos	(66.744)	(56.657)
Contas a pagar	85.345	(17.470)
Débitos das operações de seguros e resseguros	(19.161)	69.150
Depósitos de terceiros	7.242	2.410
Provisões técnicas - seguros	623.297	



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de reavaliação - Imóveis próprios e de controladas	Reservas de lucros Reserva legal	Reserva estatutária	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	1.888.563	(764.863)	644	30.790	413.145	17.852	-	1.586.131
Aumentos de capital:								
AGE de 25/01/2011	-	200.000	-	-	-	-	-	200.000
Portaria SUSEP nº 3.937 25/02/2011								
Redução de capital - AGE de 28/12/2009	(1.000.000)	1.000.000	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - AGE de 26/03/2010	35.137	(35.137)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - AGE de 30/08/2010	200.000	(200.000)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - AGE de 25/01/2011	200.000	(200.000)	-	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação:								
Realização	-	-	(4)	-	-	-	4	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	27.920	-	27.920
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	165.950	165.950
Dividendos propostos (R\$ 218,05 por ação)	-	-	-	-	-	-	(39.414)	(39.414)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	-	8.297	118.243	-	(126.540)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.323.700	-	640	39.087	531.388	45.772	-	1.940.587
Saldos em 1º de janeiro de 2012	1.323.700	-	640	39.087	531.388	45.772	-	1.940.587
Reserva de reavaliação:								
Realização	-	-	(4)	-	-	-	4	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	155.342	-	155.342
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	127.455	127.455
Dividendos propostos (R\$ 167,47 por ação)	-	-	-	-	-	-	(30.271)	(30.271)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	-	6.373	90.815	-	(97.188)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.323.700	-	636	45.460	622.203	201.114	-	2.193.113

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Companhia é uma subsidiária do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todas as modalidades de seguros dos ramos elementares em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Rua Barão de Itapagipe, nº 225, parte, Rio de Janeiro. A Companhia é controlada direta da Bradesco Seguros S.A. e em última instância do Banco Bradesco S.A. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, sendo os custos das estruturas operacional e administrativa comuns absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Bradesco, controlador final, em 25 de janeiro de 2013.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

Em consonância à Circular SUSEP nº 430/12, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 424/11 - Anexo IV, em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentou as demonstrações dos fluxos de caixa (DFC) pelo método direto. Em 2012, tendo em vista a opção apresentada pela Circular SUSEP nº 430/12 - Anexo IV, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações pelo método indireto. Para fins de comparabilidade, o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está sendo apresentado pelo método indireto. De acordo com o item 10 do CPC 36, a preparação das demonstrações contábeis consolidada desta Companhia não é requerida, uma vez que as demonstrações contábeis consolidadas do acionista controlador indireto (Bradesco Seguros S.A.), entidade domiciliada no Brasil, foram preparadas e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 28 de fevereiro de 2013.

b. Base para avaliação e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas: 2e - Classificação dos contratos de seguro; 4 - Aplicações; 9 - Créditos tributários e previdenciários; 17 - Provisões técnicas e 19 - Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

e. Classificação dos contratos de seguros

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado, é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.

f. Disponível (caixa e equivalentes a caixa)

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, caixa e depósitos bancários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

g. Aplicações

A Companhia determina a classificação inicial de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. Os ativos de renda fixa são contabilizados na data da liquidação, e as ações são contabilizadas na data da transação.

i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo, por meio do resultado, são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do exercício.

iii. Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

iv. Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda variável tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA). Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são similares, análise do fluxo de caixa descontado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

v. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

h. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, exclusivamente, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BM&FBovespa.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício, e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na BM&FBovespa e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.

i. Redução ao valor recuperável

A Companhia reconhece uma provisão para risco de crédito sobre prêmios a receber direto e sobre créditos a recuperar com resseguradores e cosseguradoras com base em estudo que apura o percentual médio de perda efetiva sobre os valores a receber que permaneceram certo período de tempo em atraso.

j. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis e utensílios, máquinas e veículos. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do exercício. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos: 4% para imóveis; 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamento e 20% para equipamentos de informática, veículos e benfeitoria em imóveis de terceiros.

k. Ativos intangíveis

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por impairment. A taxa de amortização é de 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de software são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos softwares de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de softwares desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por impairment, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

l. Outros valores e bens

É composto substancialmente por salvados que são estimados com base no valor de realização deduzidos dos custos de vendas dos bens.

m. Ativos de resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, as quais encontram-se registradas no ativo, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações da Companhia para com os segurados.

Conforme determinado pelo órgão regulador, as empresas de resseguro sediadas no exterior devem possuir rating mínimo, de acordo com agência classificadora de risco, para operar no país, sendo as demais operações efetuadas com resseguradores locais. Desta forma, a Administração entende que os riscos de impairment são reduzidos. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável.

n. Custos de aquisição diferidos

Compõem os custos de aquisição diferidos os montantes referentes a comissões relativos a comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizadas pelo período de vigência das respectivas apólices.

o. Impairment de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

p. Provisões técnicas

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros e contemplando as operações de transferência em resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão correspondente à estimativa para os riscos vigentes, mas não emitidos, é constituída na PPNG-RVNE.

A Provisão Complementar de Prêmio (PCP) é constituída mensalmente para complementar a PPNG. Seu valor é estimado com base na diferença, se positiva, entre a média diária das PPNGs no mês-base e o saldo da PPNG no último dia do mês base, adicionando-se à diferença uma estimativa referente aos casos já vigentes mas ainda não emitidos.

A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída com base nos sinistros ocorridos e ainda não pagos (IBNP) subtraído do saldo da PSL na data-base do cálculo. Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de run-off semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 14 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

A provisão de IBNR relativa a operações de retrocessão foi constituída com base nos valores informados pelo IRB - Brasil Resseguros S.A.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas de pagamentos de indenizações, considerando todos os sinistros administrativos e judiciais existentes na data do balanço e os custos relacionados, tais como despesas com regulação de sinistros, honorários de sucumbência, entre outros.

A Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) deve ser constituída, caso constatado déficit na PPNG referente aos riscos em curso, para fazer face às indenizações a ocorrer e despesas relacionadas futuras. Para a data-base não foi identificado necessidade de constituição de provisão para insuficiência.

Outras provisões correspondem às operações de garantia estendida ainda em prazo de garantia do fabricante e à Provisão de Despesas Administrativas (PDA), decorrentes das operações de seguros do ramo DPVAT.

i. Operações com o Convênio DPVAT

As operações do seguro DPVAT, incluindo as respectivas provisões técnicas, são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

ii. Teste de adequação de passivo ("LAT")

A Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera como valor líquido contábil (net carrying amount) os passivos de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido da despesa de comercialização diferida (Custos de aquisição diferidos) e os ativos intangíveis relacionados.

Para esse teste, a Companhia utilizou metodologia atuarial que considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros e que também inclui as despesas de liquidação de sinistros a partir de premissas atuariais na data de execução do teste. Neste teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração. Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Companhia utilizou as taxas a termo livres de risco definidas pela Circular SUSEP nº 457/12.

Caso seja identificada qualquer insuficiência, a Companhia deve registrar a insuficiência como uma despesa no resultado do exercício e constituir provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base do teste.

Em linha com as determinações da Circular SUSEP nº 457/12, não foram incluídos no teste de adequação os passivos relacionados ao seguro DPVAT.

O resultado do teste de adequação não apresentou insuficiência.

q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

i. Ativos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

ii. Passivos contingentes

São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

iii. Obrigações legais

Fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

r. Benefícios a empregados

i. Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

ii. Obrigações por aposentadorias

Plano de contribuição definida

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição variável, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento Exclusivo (FIE). As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo FIE correspondente.

O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A.

As contribuições dos funcionários e administradores são equivalentes a 4% do salário, exceto para os participantes que em 2001 optaram em migrar do plano de benefício definido para o PGBL, cujas contribuições foram mantidas nos níveis que vigoravam no plano de benefício definido quando da transferência de plano, observando-se sempre o mínimo de 4% do salário. As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Companhia, na qualidade de empregador, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

Além do PGBL anteriormente apresentado, está assegurado aos participantes transferidos do plano de benefício definido um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados nesse plano até a data de migração. Para os participantes do plano de benefício definido, transferidos ou não para o PGBL, participantes aposentados e pensionistas, o valor presente das obrigações atuariais está aplicado nos FIEs.

iii. Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários por um período de 3 meses a 6 meses da data de desligamento.

iv. Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

s. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

t. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

Os prêmios de seguros e cosseguros, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e resseguro e as comissões correspondentes, são apropriados ao resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguro, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos.

As receitas de prêmios e os custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

As operações de cosseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB - Brasil Resseguros S.A., respectivamente.

As operações de resseguro mantidas com o IRB - Brasil Resseguros S.A. são contabilizadas com base nos movimentos operacionais e financeiros enviados pelo IRB, e as operações mantidas com outros resseguradores são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado.

A participação dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria sendo reconhecida no resultado de acordo com as metas estipuladas pela Administração do Grupo Bradesco Seguros.

u. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e, portanto, não foram adotadas na preparação destas demonstrações contábeis. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

(a) IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros e, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4, aos projetos de *impairment* e *hedge accounting* (incluindo macro *hedging*) o comitê do IASB adiou a data de implantação dessa norma para 01/01/2015. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

(b) CPC 46 – Mensuração do valor justo

O CPC 46 contém uma única fonte de orientação sobre como o valor justo é mensurado, e substitui a orientação de mensuração de valor justo que atualmente está dispensada em outros CPCs. Sujeito a exceções limitadas, o CPC 46 se aplica quando a mensuração ou divulgações de valor justo são requeridas ou permitidas por outros CPCs. A Administração avaliou os impactos da norma e concluiu que não há efeitos relevantes na mensuração do valor justo de seus ativos.

(c) CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados

Em 2011, foi finalizada a revisão da norma que foi focada basicamente em benefício pós-emprego. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A Companhia não possui benefícios de longo prazo e não há impactos relevantes para os benefícios de curto prazo.

3. Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de seguros/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Estrutura de gerenciamento de risco

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia. As atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas utilizadas internacionalmente, adaptadas à realidade do mercado brasileiro.

Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores, etc., bem como facilitar os níveis de capital requerido, agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência, imparcialidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos, voltados a estas atividades.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua adequada identificação e mensuração.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos permite que os riscos de seguro/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum de alto nível constante, sobre o tema com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda todos os riscos (subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, existem os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de seguro/subscrição

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguros onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo dos prêmios de seguro. Em síntese é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho.

Além disso, a Superintendência Executiva de Estudos Atuariais e Gestão de Riscos, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, tem como uma de suas principais atribuições o desenvolvimento de modelo interno para o cálculo do capital adicional baseado no risco de subscrição.

O processo de gerenciamento busca diversificar as operações de seguros visando primar pelo balanceamento da carteira e se sustenta no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Companhia deve efetuar a indenização de todos os eventos vigentes ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação.

Considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente do passivo inicialmente constituído.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros). Além disso, o LAT (*Liability Adequacy Test*) é realizado semestralmente, com o objetivo de averiguar a adequação do montante registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas adequadas à realidade dos negócios em vigor.

Principais riscos associados aos seguros de bens

- Flutuações na ocorrência, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas a expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos;
- Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

A natureza dos seguros subscritos pela Companhia, em geral, é de curta duração.

As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas por meio das políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.

A seguir apresentamos um resumo dos principais riscos inerentes nas principais linhas de negócios de seguros de bens:

- Seguro de veículos inclui, entre outros, danos físicos, perda do veículo segurado, seguro de responsabilidade de terceiros para automóveis e acidentes pessoais passageiros;
 - Seguros empresariais, residenciais e diversos incluem, entre outros, riscos de incêndio (ex.: incêndio, explosão e interrupção do negócio), desastres naturais (ex.: terremoto, vendaval e enchente), linhas de engenharia (ex.: explosão de caldeiras, quebra de maquinários e construção), marítimos (carga e casco) e seguro de responsabilidades.
- Gerenciamento dos riscos de seguro de bens**
- A Companhia monitora e avalia a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e constituição das provisões técnicas. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica.
 - As Superintendências Executivas Técnicas desenvolveram mecanismos, como, por exemplo, agrupamentos dos riscos por CPF, CNPJ e endereços de riscos, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

c. Resultados da análise de sensibilidade

Alguns resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada cenário de sensibilidade, é demonstrado o impacto no resultado da Companhia de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator. Ressaltamos que nas operações de seguros não existem riscos cambiais significativos.

Seguros de Bens - Sensibilidades em 31 de dezembro de 2012

Para os seguros de bens, a tabela abaixo apresenta o impacto no resultado e patrimônio líquido caso houvesse aumento na sinistralidade em 1 ponto percentual nos últimos 12 meses da data-base do cálculo.

Impacto no resultado e patrimônio líquido

após impostos e contribuições	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Auto	(18.330)	(18.330)
Ramos elementares	(6.672)	(5.088)

Limitações da análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocorrência em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

Concentração de riscos

As potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmentos de negócio. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento baseada nos valores de prêmios emitidos.

Bruto de Resseguro - 2012				
Região Geográfica	Auto	Ramos Elementares	DPVAT/DPEM	Total
Sudeste	1.259.680	947.206	55.294	2.262.180
Sul	811.541	197.001	25.216	1.033.758
Nordeste	579.979	86.936	21.145	688.060
Centro-Oeste	341.463	53.290	11.744	406.497
Norte	71.278	20.221	7.794	99.293
Total	3.063.941	1.304.654	121.193	4.489.788

Líquido de Resseguro - 2012				
Região Geográfica	Auto	Ramos Elementares	DPVAT/ DPEM	Total
Sudeste	1.259.680	717.552	55.294	2.032.526
Sul	811.541	176.336	25.193	1.013.070
Nordeste	579.979	78.789	21.145	679.913
Centro-Oeste	341.463	49.524	11.744	402.731
Norte	71.278	18.484	7.794	97.556
Total	3.063.941	1.040.685	121.170	4.225.796

Bruto de Resseguro - 2011				
Região Geográfica	Auto	Ramos elementares	DPVAT/ DPEM	Total
Sudeste	1.251.198	768.385	46.368	2.065.951
Sul	717.980	178.308	21.107	917.395
Nordeste	516.824	71.891	15.434	604.149
Centro-Oeste	310.786	43.062	9.271	363.119
Norte	76.845	17.424	5.206	99.475
Total	2.873.633	1.079.070	97.386	4.050.089

Líquido de Resseguro - 2011				
Região Geográfica	Auto	Ramos Elementares	DPVAT/ DPEM	Total
Sudeste	1.251.198	562.479	46.385	1.860.062
Sul	717.980	159.356	21.093	898.429
Nordeste	516.824	66.043	15.424	598.291
Centro-Oeste	310.786	39.966	9.269	360.021
Norte	76.845	16.324	5.197	98.366
Total	2.873.633	844.168	97.368	3.815.169

d. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Política de resseguro

A compra de resseguro tem naturalmente embutido, em sua operação e por mais que as empresas seguradoras sejam conservadoras e seletivas na escolha de seus parceiros, o risco de crédito.

A política de compra de resseguro e a aprovação dos resseguradores que integram os seus contratos competem a Diretoria Executiva, que observa, além dos requisitos mínimos legais e regulamentares, alguns outros parâmetros na escolha desses parceiros, que minimizam o risco de crédito intrínseco à operação, tais como: *rating* mínimo A- da S&P (ou equivalente) e patrimônio líquido compatível aos montantes cedidos. Outro aspecto importante nessa gestão de compra de resseguro é o fato de que a Companhia busca trabalhar dentro de suas capacidades contratuais, evitando assim a compra frequente de coberturas em contratos facultativos e exposições mais elevadas ao risco de crédito.

O prêmio cedido em resseguro, em relação ao prêmio emitido total, é relativamente pequeno, cabendo ressaltar que praticamente todas as carteiras de ramos elementares, exceto automóveis, possuem proteção de resseguro e, em sua maioria, com a conjugação de planos proporcionais e não proporcionais, por risco e/ou por evento.

Atualmente, grande parte dos contratos automáticos (proporcionais e não proporcionais) é cedida ao IRB Brasil Resseguros S.A. Alguns resseguradores admitidos participam com menor percentual individual, mas todos possuindo capital e *rating* superiores aos mínimos estabelecidos pela legislação brasileira, o que, no entendimento da Administração, reduz o risco de crédito.

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Esse gerenciamento de risco inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *Moody's* entre outras. Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que tange às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo visto que a maior parte da carteira de investimentos está concentrada em Títulos de Renda Fixa Público como demonstrado abaixo.

2012						
	AAA	AA	A	BBB	Sem rating	Exposto exclusivamente a risco de mercado
Ativos financeiros - Rating						
Valor justo por meio do resultado	692.240	232.423	24.247	4.204	6.484	-
Título de renda fixa privado	271.201	232.423	24.247	4.204	6.484	-
Título de renda fixa público	421.039	-	-	-	-	421.039
Disponíveis para a venda	3.177.136	-	-	-	104	5.207
Título de renda fixa público	3.168.376	-	-	-	-	3.168.376
Título de renda fixa privado	8.760	-	-	-	-	8.760
Título de renda variável	-	-	-	-	104	5.207

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA uma vez que a contraparte é o governo federal.

A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é considerada reduzida pela Administração uma vez que em alguns casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

A Companhia adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

Trimestralmente, são realizadas as reuniões dos Comitês Executivos de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros e de Gestão de Risco de Crédito do Banco Bradesco, para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório e aprimoramento nos processos de gestão.

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrimos altas exigências de liquidez.

ATIVO	Prazo estimado de realização			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Disponível	53.769	-	-	53.769
Aplicações	664.661	920.645	2.556.739	4.142.045
Crédito das operações com seguros e resseguros	1.057.403	2.105	-	1.059.508
Ativos de resseguro - provisões técnicas	614.990	118.809	28.525	762.324
Títulos e créditos a receber	98.085	158.833	6.068	262.986
Outros valores e bens	51.928	-	-	51.928
Despesas antecipadas	56.454	1.705	-	58.159
Custos de aquisição diferidos	371.682	39.124	-	410.806
Total Ativo	2.968.972	1.241.221	2.591.332	6.801.525
PASSIVO	Prazo estimado de realização			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Provisões técnicas	3.681.211	581.753	277.797	4.540.761
Contas a pagar	261.628	-	-	261.628
Débitos das operações com seguros e resseguros	229.085	-	-	229.085
Depósitos de terceiros	71.029	-	-	71.029
Tributos diferidos	5.219	45.263	110.168	160.650
Provisões judiciais	14.039	116.049	-	130.088
Total Passivo	4.262.211	743.065	387.965	5.393.241

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercida de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivos assegurar a existência de normas, critérios e monitoramento contínuo no processo bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

f. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo realizado de forma corporativa, é aprovado pelo Conselho de Administração e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros quando os limites são relacionados ao segmento de seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio de uma Companhia considerando, ainda, os seus respectivos *hedges*. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e de carteira de ações.

Exposições de moedas estrangeiras não são significativas nas operações da Companhia e o risco é acompanhado de forma consolidada com as demais empresas do Grupo Bradesco Seguros.

Modelos de mensuração do risco de mercado



Período	Fatores de riscos		
	Taxa de juros em Reais	Índices de preços	Renda variável
Dez/12	(49)	(1.022)	(31)
Definição	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas e cupons de taxas de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	Exposições sujeitas à variação do preço de ações

g. Risco operacional
O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional
A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento. Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Risco Operacional e de Continuidade de Negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital do Banco Bradesco, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

Mecanismos de controle e monitoramento contínuo
Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes de risco operacional e consequente abertura e/ou manutenção de rubricas contábeis específicas para o registro e consolidação gerencial dessas perdas.
Assegurar o levantamento e tratamento das perdas identificadas mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento, controle e mitigação do processo, possibilitando à redução dos impactos, ao menor custo.
Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando a melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

h. Gerenciamento de capital
O processo de gerenciamento de Capital é realizado de forma corporativa, visando proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos do Grupo Bradesco Seguros, levando em consideração o ambiente econômico e comercial onde atua. Este processo é compatível com a natureza das operações, complexidade e especificidade de cada produto e serviços no mercado securitário e com a dimensão da exposição a riscos do Grupo.
O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado diariamente e visa assegurar a manutenção de uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer face aos riscos, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, em atendimento aos requerimentos regulatórios e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.
A Companhia deve manter, permanentemente, capital compatível com os riscos de suas atividades e operações conforme as características, representado por níveis adequados de capital em linha com o modelo interno.
O Grupo Bradesco Seguros acompanha de maneira permanente os limites de requeridos (margem de solvência, capital mínimo requerido e capital adicional) pelo respectivo órgão regulador.

4. Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações

	2012	%	2011	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	959.598	23,17	1.344.205	39,67
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento	959.598	23,17	1.344.201	39,67
Títulos de renda variável - Fundos de investimento	-	-	4	-
Títulos disponíveis para venda	3.182.447	76,83	2.044.029	60,33
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento	2.141.583	51,70	2.016.809	59,52
Notas do tesouro nacional	1.009.774	24,38	-	-
Títulos de renda fixa - Letras Financeiras do Tesouro - judiciais	17.019	0,41	17.241	0,51
Títulos de renda fixa - Debêntures	8.760	0,21	6.440	0,19
Títulos de renda variável - Ações	5.207	0,13	3.124	0,09
Outras aplicações	104	-	89	-
Títulos de renda fixa - Letras Financeiras do tesouro	-	-	326	0,01
Total	4.142.045	100,00	3.388.234	100,00

b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

	2012					
	1 a 30 dias		181 a		Valor	
	ou sem	31 a	360	Acima de	contábil/	Ajuste
Títulos a valor justo por meio do resultado	625.720	19.485	543	313.850	959.598	957.798
Quotas de fundos de investimento	324.200	-	-	-	324.200	324.267
Notas do tesouro nacional - operação	-	-	-	-	-	-
compromissada	171.923	-	-	-	171.923	171.856
Letras Financeiras	-	-	-	162.835	162.835	162.432
Letras do tesouro nacional - operação	-	-	-	-	-	-
compromissada	129.597	-	-	-	129.597	129.597
Letras financeiras do tesouro	-	17.178	-	87.858	105.036	105.036
Debêntures	-	-	543	30.446	30.989	30.507
Certificado de depósito bancário	-	-	-	15.291	15.291	15.227
Notas do tesouro nacional	-	-	-	7.619	7.619	7.398
Letras do tesouro nacional	-	-	-	6.864	6.864	6.280
Depósito em garantia especial	-	-	-	2.937	2.937	2.892
Notas Comerciais	-	-	2.307	-	2.307	2.306
Títulos disponíveis para venda	18.732	76	-	3.163.639	3.182.447	2.846.918
Notas do tesouro nacional	-	-	-	3.146.592	3.146.592	2.824.111
Letras financeiras do tesouro - Judiciais	-	76	-	16.943	17.019	17.019
Debêntures	8.760	-	-	-	8.760	36
Ações	5.207	-	-	-	5.207	883
Notas do tesouro nacional - operação	-	-	-	-	-	-
compromissada	4.226	-	-	-	4.226	4.226
Letras do tesouro nacional - operação	-	-	-	-	-	-
compromissada	539	-	-	-	539	539
Outras aplicações	-	-	-	104	104	104
Total	644.452	19.561	543	3.477.489	4.142.045	3.804.716

	2011					
	1 a 30 dias		181 a		Valor	
	ou sem	31 a	360	Acima de	Contábil/	Ajuste
Títulos a valor justo por meio do resultado	1.097.012	20.242	48.057	178.894	1.344.205	1.343.579
Notas do tesouro nacional - operação	-	-	-	-	-	-
compromissada	679.107	-	-	-	679.107	679.107
Quotas de fundo de investimento	270.895	-	-	-	270.895	270.895
Letras financeiras do tesouro	-	20.242	-	132.209	152.451	152.441
Letras financeiras do tesouro - operação	-	-	-	-	-	-
compromissada	147.006	-	-	-	147.006	147.006
Letras financeiras de emissores privados	-	-	28.567	-	28.567	28.525
Notas do tesouro nacional	-	-	-	22.378	22.378	22.251
Letras do tesouro nacional	-	-	7.993	6.632	14.625	14.277
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	14.026	14.026	13.964
Debêntures - operação compromissada	-	-	11.169	-	11.169	11.169
Depósito em garantia especial	-	-	-	2.636	2.636	2.615
Debêntures	-	-	328	1.013	1.341	1.325
Ações	4	-	-	-	4	4
Títulos disponíveis para venda	229.975	4.177	-	1.809.877	2.044.029	1.965.137
Notas do tesouro nacional	-	-	-	1.789.958	1.789.958	1.719.715
Notas do tesouro nacional - operação	-	-	-	-	-	-
compromissada	226.851	-	-	-	226.851	226.851
Letras financeiras do tesouro - judiciais	-	3.851	-	13.390	17.241	17.240
Debêntures	-	-	-	6.440	6.440	33
Ações	3.124	-	-	-	3.124	883
Letras financeiras do tesouro	-	326	-	-	326	326
Outras aplicações	-	-	-	89	89	89
Total	1.326.987	24.419	48.057	1.988.771	3.388.234	3.308.716

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2012	2011
Total das provisões técnicas	4.540.761	3.917.464
(-) Parcela correspondente a resseguros contratados (nota 7a)	(762.324)	(554.579)
(-) Direitos creditórios (líquidos dos prêmios vencidos e não pagos)	(731.417)	(772.878)
(-) Depósitos especiais no IRB - Brasil Resseguros S.A.	(7.353)	(6.809)
(-) Depósitos judiciais	(16.131)	(16.293)
(-) Provisões do convênio DPVAT	(121.784)	(86.603)
Total a ser coberto	2.901.752	2.480.302
Títulos de renda fixa - Públicos	2.834.292	2.309.925
Títulos de renda fixa - Privados	193.930	239.751
Ações	4.710	2.802
Total dado em cobertura	3.032.932	2.552.478
Suficiência	131.180	72.176

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos
- Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2012			2011		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	119.519	840.079	959.598	189.458	1.154.747	1.344.205
Notas do tesouro nacional	7.619	-	7.619	22.378	-	22.378
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	-	171.923	171.923	-	679.107	679.107
Quotas de fundos de investimentos	-	324.200	324.200	-	270.895	270.895
Letras do tesouro nacional	6.864	-	6.864	14.625	-	14.625
Letras do tesouro nacional - operações compromissadas	-	129.597	129.597	-	-	-
Letras financeiras de emissor privado	-	162.835	162.835	-	28.567	28.567
Letras financeiras do tesouro nacional - operações	-	-	-	-	-	-
compromissadas	-	-	-	-	147.006	147.006
Letras financeiras do tesouro nacional	105.036	-	105.036	152.451	-	152.451
Certificados de depósitos bancários	-	15.291	15.291	-	14.026	14.026
Debêntures	-	30.989	30.989	-	12.510	12.510
Notas comerciais	-	2.307	2.307	-	-	-
Depósito em garantia especial	-	2.937	2.937	-	2.636	2.636
Ações	-	-	-	4	-	4
Disponíveis para venda	3.177.578	4.869	3.182.447	1.817.089	226.940	2.044.029
Notas do tesouro nacional	3.146.592	-	3.146.592	1.789.958	-	1.789.958
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	-	4.226	4.226	-	226.851	226.851
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	17.567	-	17.567
Letras financeiras do tesouro - judiciais	17.019	-	17.019	-	-	-
Letras do tesouro nacional - operação compromissada	-	539	539	-	-	-
Debêntures	8.760	-	8.760	6.440	-	6.440
Ações	5.207	-	5.207	3.124	-	3.124
Outros	-	104	104	-	89	89
Total	3.297.097	844.948	4.142.045	2.006.547	1.381.687	3.388.234

e. Movimentação das aplicações

	2012	2011
Saldo em 1º de janeiro	3.388.234	2.958.392
(+) Aplicações	3.248.088	1.086.370
(-) Resgates	(3.106.946)	(1.080.786)
(+) Rendimentos	356.032	377.304
(+/-) Ajuste a valor justo	256.637	46.954
Saldo em 31 de dezembro	4.142.045	3.388.234

f. Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 2012, o desempenho global dos ativos financeiros em renda fixa, que compõem a carteira de aplicações financeiras atingiu 126,54% no acumulado do exercício.

5. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía em fundos de investimentos contratos futuros de DI, sendo que os diferenciais a pagar ou a receber dos contratos futuros são liquidados diariamente. O objetivo de atuação no mercado de derivativos, seja através de posições ativas ou proteção (hedge), visa administrar a exposição a riscos de mercado, de moeda ou taxa de juros e proteção das posições detidas à vista.

	Mercadoria (*)	Quantidade	Data de vencimento	Tipo de compromisso	Valor de referência 2012
Fundo de investimento					
Bradesco FIF Negocial	DI1	14	2013	Compra	1.364
Bradesco FIF Negocial	DI1	189	2014	Compra	17.625
Bradesco FIF Negocial	DI1	80	2015	Venda	(6.869)
Total FIF RF Negocial					12.120
GBS FIM	DI1	1.803	2013	Venda	(180.205)
GBS FIM	IDI	3.464	2013	Compra	5.712
GBS FIM	IDI	3.834	2013	Venda	(9)
GBS FIM	IND	18	2013	Compra	1.111
GBS FIM	DI1	3.220	2014	Compra	300.269
GBS FIM	DI1	1.471	2015	Venda	(126.696)
GBS FIM	DI1	91	2016	Venda	(7.183)
GBS FIM	DI1	683	2017	Compra	49.416
Total GBS FIM					42.415
Total					54.535

(*) IDI - Índice de taxa média de depósitos interfinanceiros de um dia (opções de taxas de juros).

(*) DI1 - Contrato futuro de taxa média de depósito interfinanceiro de um dia.

(*) IND - Contrato futuro de Ibovespa.

	Mercadoria (*)	Quantidade	Data de vencimento	Tipo de compromisso	Valor de referência 2011
Fundo de investimento					
FIF RF Negocial	DI1	84	2012	Venda	(7.964)
FIF RF Negocial	DI1	90	2015	Venda	(6.659)
Total FIF RF Negocial					(14.623)
GBS FIM	DI1	9.530	2012	Venda	(952.226)
GBS FIM	DI1	7.406	2012	Compra	705.430
GBS FIM	DI1	5.059	2013	Compra	459.631
GBS FIM	DI1	4			

b. Composição por ressegurador

		2012			
Resseguradores	Categoria	Prêmio a liquidar	Sinistros a recuperar (Nota 7a)	Prêmio cedido (Nota 25e)	Recuperação de sinistros (Nota 25e)
IRB Brasil Resseguros S.A.	Local	78.199	11.649	233.545	289.069
Outros	Admitida	20.615	-	30.445	-
Total		98.814	11.649	263.990	289.069

		2011			
Resseguradores	Categoria	Prêmio a liquidar	Sinistros a recuperar (Nota 7a)	Prêmio cedido (Nota 25e)	Recuperação de sinistros (Nota 25e)
IRB Brasil Resseguros S.A.	Local	86.851	34.682	207.703	128.045
Outros	Admitida	8.615	-	27.220	-
Total		95.466	34.682	234.923	128.045

c. Demonstração da carteira e do percentual ressegurado

		2012					
Ramos	Prêmio emitido	Prêmio Resseguro Cedido (Nota 25e)	% Cessão	Sinistro resseguro	Recuperação Sinistros (Nota 25e)	% Cessão	
Risco operacional/nomeado	148.036	123.195	83,22	137.425	116.987	85,13	
Marítimo/aeronáutico	127.765	75.190	58,85	172.556	158.201	91,68	
Transportes	104.187	15.985	15,34	-	-	-	
Risco de engenharia	8.543	6.389	74,79	-	-	-	
Outros	744.455	43.231	5,81	252.080	13.881	5,51	
Total	1.132.986	263.990		562.061	289.069		

		2011					
Ramos	Prêmio emitido	Prêmio Resseguro Cedido (Nota 25e)	% Cessão	Sinistro resseguro	Recuperação Sinistros (Nota 25e)	% Cessão	
Risco operacional/nomeado	126.225	95.903	75,98	117.530	88.285	75,12	
Marítimo/aeronáutico	89.386	54.194	60,63	45.739	28.708	62,76	
Transportes	146.169	24.645	16,86	82.047	10.284	12,53	
Risco de engenharia	20.627	17.629	85,47	-	-	-	
Outros	615.575	42.552	6,91	226.496	768	0,34	
Total	997.982	234.923		471.812	128.045		

8 Bens a venda - Salvados

		2012	2011
Automóvel		51.578	41.477
Ramos elementares		255	505
Total		51.833	41.982

b. Aging-list

		2012	2011
De 1 a 30 dias		15.023	16.593
De 31 a 60 dias		13.553	9.681
De 61 a 120 dias		15.069	10.583
De 121 a 180 dias		8.188	5.125
Total		51.833	41.982

9 Créditos tributários e previdenciários

		2012			2011		
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Tributos diferidos (i)		-	87.531	87.531	-	84.698	84.698
Impostos a compensar		12.590	7.063	19.653	12.805	6.903	19.708
Total		12.590	94.594	107.184	12.805	91.601	104.406

i. Movimentação de tributos diferidos

	Saldo em 2011			Saldo em 2012		
	2011	Constituição	Realização	2012	Constituição	Realização
Provisão para riscos de crédito	34.031	8.220	(10.545)	31.706	-	-
Provisão para contingências fiscais	24.168	10.701	-	34.869	-	-
Provisão para contingências cíveis	16.392	2.576	(9.360)	9.608	-	-
Provisão para contingências trabalhistas	1.346	1.095	(772)	1.669	-	-
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	1.057	-	-	1.057	-	-
Outros	7.704	8.416	(7.498)	8.622	-	-
Total	84.698	31.008	(28.175)	87.531		

	Saldo em 2010			Saldo em 2011		
	2010	Constituição	Realização	2011	Constituição	Realização
Provisão para riscos de crédito	35.293	10.521	(11.783)	34.031	-	-
Provisão para contingências fiscais	21.373	2.795	-	24.168	-	-
Provisão para contingências cíveis	18.115	3.780	(5.503)	16.392	-	-
Provisão para contingências trabalhistas	1.561	850	(1.065)	1.346	-	-
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	1.057	-	-	1.057	-	-
Prejuízo fiscal	3.013	-	(3.013)	-	-	-
Outros	8.106	7.143	(7.545)	7.704	-	-
Total	88.518	25.089	(28.909)	84.698		

ii. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2013	15.629	9.777	25.406
2014	6.474	3.884	10.358
2015	9.522	5.713	15.235
2016	444	267	711
2017	23.277	12.544	35.821
Total	55.346	32.185	87.531

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários monta a R\$ 82.439.

10 Depósitos judiciais e fiscais

		2012	2011
INSS		73.170	66.994
Sinistros		33.862	32.957
Cíveis e trabalhistas		10.666	8.471
DPVAT		6.576	9.718
PIS		3.344	3.260
IR e CSLL		3.076	2.423
Outros		3.063	17.984
Total		133.757	141.807

11 Investimentos - Participações societárias

Dados das investidas	Bréscia Empreendimentos e Participações Resseguros		BSP Empreendimentos Imobiliários		EABS Serviços de Assistência e Participações Holdings		Araguari Ltda.	Total
	Atlântica Companhia de Seguros (a)	Participações Resseguros S.A. (b)	IRB Brasil S.A. (c)	S.A. (b)	S.A.	S.A.		
Capital social	-	-	1.350.000	859.011	46.247	-	14	
Quantidade de ações possuídas:								
ON	-	-	-	56.807.624	10.890	14.999	-	
PN	-	-	212.422	-	-	-	-	
Percentual de participação	-	-	21,24	6,68	50,00	100,00	-	
Total de ativos	-	-	11.511.230	1.170.773	72.819	6	-	
Total de passivos líquido de provisões judiciais	-	-	8.831.587	4.430	55	1	-	
Total de provisões judiciais	-	-	172.757	-	-	-	-	
Patrimônio líquido	-	-	2.506.886	1.166.343	72.764	5	-	
Total de receitas	-	-	4.000.276	282.018	16.272	-	-	
Lucro líquido do período	-	-	580.798	265.722	14.732	(6)	-	
Saldo em 1º janeiro de 2012	28.130	-	473.549	60.146	31.501	-	593.326	
Aquisição	-	-	-	-	-	10	10	
Aumento de capital	-	-	-	-	-	4	4	
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	1.359	-	-	-	1.359	
Alienação	(26.527)	-	-	-	-	-	(26.527)	
Dividendos/juros sobre o capital próprio	-	-	(68.297)	(169)	(2.486)	-	(70.952)	
Resultado de equivalência patrimonial	(1.603)	-	125.907	17.746	7.367	(9)	149.408	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	-	532.518	77.723	36.382	5	646.628	
Saldo em 1º de janeiro de 2011	27.152	46.022	453.108	-	27.484	-	553.766	
Aquisições	-	-	-	56.808	-	-	56.808	
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	(253)	-	-	-	(253)	
Alienação	-	(56.808)	-	-	-	-	(56.808)	
Dividendos/juros sobre o capital próprio	(304)	-	(64.872)	(27)	(3.635)	-	(68.838)	
Resultado de equivalência patrimonial	1.282	10.786	85.566	3.365	7.652	-	108.651	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	28.130	-	473.549	60.146	31.501	-	593.326	

(a) Participação acionária vendida em maio de 2012 para a Bradesco Seguros S.A., pelo valor patrimonial de R\$ 26.527 referente à 48.279.999 ações ordinárias da Atlântica Companhia de Seguros.

(b) Subscrição de 56.807.624 ações que foram integralizadas mediante a transferência de propriedade das 24.999.999 quotas de emissão da Bréscia Empreendimentos e Participações Ltda., pelo valor contábil de R\$ 56.808 mil.

(c) Equivalência patrimonial com base no balanço de 30 de novembro de 2012.

12 Imobilizado

	Saldo em 2011	Aquisição	Depreciação	Saldo em 2012
Terrenos e imóveis	1.730	-	(19)	1.711
Bens móveis	12.212	2.486	(2.543)	12.155
Outras imobilizações	20.354	7.700	(6.278)	21.776
Total	34.296	10.186	(8.840)	35.642

	Saldo em 2010	Aquisição	Depreciação	Saldo em 2011
Terrenos e imóveis	1.750	-	(20)	1.730
Bens móveis	10.317	4.569	(2.674)	12.212
Outras imobilizações	11.515	13.273	(4.434)	20.354
Total	23.582	17.842	(7.128)	34.296

13 Intangível

	Saldo em 2011	Aquisição	Amortização	Saldo em 2012
Sistema de computação	35.176	67.311	(12.621)	89.866
Marcas e patentes	9	-	-	9
Outros intangíveis	13.575	420	(2.054)	11.941
Total	48.760	67.731	(14.675)	101.816

	Saldo em 2010	Aquisição	Amortização	Saldo em 2011
Sistema de computação	3.384	36.049	(4.257)	35.176
Marcas e patentes	9	-	-	9
Outros intangíveis	5.779	8.401	(605)	13.575
Total	9.172	44.450	(4.862)	48.760

14 Obrigações a pagar

	2012	2011
Partes relacionadas (Nota 23)	35.620	46.019
Participação nos lucros a pagar	17.483	16.644
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	5.729	8.619
Fornecedores	6.183	143
Outras obrigações	97.313	105.597
Total	162.328	177.022

15 Impostos e contribuições

	2012	2011
Imposto de renda	3.836	7.839
Contribuição social	935	5.028
COFINS	8.821	8.392
PIS	1.430	1.364
Total	15.022	22.623

16 Depósitos de terceiros

	2012					Total
	Até 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Cobrança antecipada de prêmios	19.768	4.196	3.087	-	-	27.051
Prêmios e emolumentos	33.883	3.772	903	2.147	-	40.705
Outros depósitos	31	1.570	376	1.296	-	3.273
Total	53.682	9.538	4.366	3.443	-	71.029

	2011					Total
	Até 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Cobrança antecipada de prêmios	16.047	2.989	3.666	-	-	22.702
Prêmios e emolumentos	24.098	5.486	2.661	2.228	-	34.473
Outros depósitos	875	3.889	1.101	747	-	6.612
Total	41.020	12.364	7.428	2.975	-	63.787

17 Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos

a. Compos



f. Desenvolvimento da provisão sinistro judicial

	PSL	Resseguros
Saldo do início do exercício	516.834	62.435
Total pago no exercício	(229.724)	(5.127)
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para ações pagas no exercício	(72.041)	(2.327)
Quantidade de ações pagas no exercício	7.689	142
Quantidade de ações referentes a novas constituições no exercício	9.433	186
Novas constituições referentes a citação do exercício	189.134	8.095
Novas constituições referentes a citação de exercícios anteriores	157.312	7.504
Baixa da provisão por êxito	(30.492)	(3.667)
Alteração de estimativas e probabilidades	(34.934)	(4.500)
Alteração da provisão por atualização monetária e juros judiciais	30.883	688
Saldo final do exercício (*)	599.013	65.428

(*) Valores líquidos das operações do convênio DPVAT que corresponde a R\$ 54.541 (R\$ 46.683 em 2011).

18 Tributos diferidos

	2012	2011
Ajuste a valor justo de títulos disponíveis para venda	134.212	31.556
Atualização monetária de depósitos judiciais	26.013	23.326
Reserva de reavaliação	425	427
Total	160.650	55.309

19 Provisões judiciais

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a definição da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

i. Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados. As principais questões são:

• INSS - Vínculo de emprego

Valor provisionado em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 6.871 (R\$ 6.715 em 2011) onde se discute a contribuição previdenciária sobre a existência de suposto vínculo de emprego de prestadores de serviços.

• INSS - Contribuição previdenciária

Corretores de seguro (LC nº 84/1996 e Artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991) – Valor provisionado e depositado judicialmente, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 58.587 (R\$ 51.120 em 2011). Discute-se a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas a corretores de seguro, instituída, inicialmente, pela LC nº 84/1996, após, pela Lei nº 9.876/1999 (nova redação dada ao Artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991), à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às seguradoras, mas aos segurados, estando desta forma fora do campo de incidência da referida contribuição.

ii. Auto de infração

• **PI S e COFINS** - Em 2012, a controlada Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros, recebeu auto de infração por suposta falta de recolhimento do Pis e da Cofins no período de julho/2007 a junho/2010, onde foram apontadas determinadas exclusões que teriam sido indevidamente feitas nas bases de cálculo dessas contribuições, assim como algumas receitas que teriam deixado de ser incluídas nessas bases de cálculos. Essa autuação fiscal foi impugnada e aguarda julgamento. Do valor total autuado R\$ 49.554, R\$ 28.819 foi provisionado e em relação a R\$ 20.735 não foi constituída provisão em razão da perspectiva de perda ser considerada possível pelos assessores jurídicos da Companhia.

iii. Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado pela totalidade dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses, considerando o ano de ajuizamento.

iv. Processos cíveis

Referem-se à estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia.

v. Movimentação das provisões judiciais

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º janeiro de 2012	64.594	3.365	33.066	101.025
Constituições	33.569	11.620	6.440	51.629
Pagamentos	-	(7.966)	(9.783)	(17.749)
Reversões	-	(2.846)	(5.703)	(8.549)
Atualização monetária	3.732	-	-	3.732
Saldo em 31 de dezembro de 2012	101.895	4.173	24.020	130.088
Saldo em 1º janeiro de 2011	57.608	3.916	38.460	99.984
Constituições	4.396	2.827	12.530	19.753
Reversões	(990)	(3.378)	(17.924)	(22.292)
Atualização monetária	3.580	-	-	3.580
Saldo em 31 de dezembro de 2011	64.594	3.365	33.066	101.025

20 Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 180.753 ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	127.455	165.950
Constituição da reserva legal	(6.373)	(8.297)
Realização de reavaliação	4	4
Base de cálculo dos dividendos	121.086	157.657
Dividendos propostos no exercício	30.271	39.414
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado de exercício	25,00%	25,00%

b. Atos societários

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25 de janeiro de 2011, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 200.000, em espécie, com a emissão de 20.443 novas ações ordinárias nominativas escriturais sem valor nominal. Este ato societário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 3.937, de 25 de fevereiro de 2011.

Adicionalmente, a referida Portaria, aprovou os seguintes atos societários:

- Redução de capital de R\$ 1.000.000 deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2009.
- Aumento de capital de R\$ 35.137 deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de março de 2010.
- Aumento de capital de R\$ 200.000 deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de agosto de 2010.

c. Reservas de reavaliação

Nos termos da Lei nº 11.638/2007, a Companhia optou por manter os saldos existentes de reserva de reavaliação até sua efetiva realização.

d. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

e. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

21 Demonstração do cálculo do patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Nos termos das Resoluções CNSP nº 222/10, 227/10 e 228/10, o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras é composto por um capital base e um capital adicional baseado no risco de crédito. Até que o CNSP regule o capital adicional pertinente aos demais riscos identificados na regulamentação, a eventual insuficiência de patrimônio líquido ajustado deverá ser aferida em relação ao maior dos valores entre a soma dos capitais base e adicional e a margem de solvência calculada na forma estabelecida pela Resolução CNSP nº 55/01 como demonstrado abaixo para a data-base de 31 de dezembro de 2012:

Patrimônio líquido	2.193.113
(-) Participações societárias	(646.628)
(-) Despesas antecipadas	(58.159)
(-) Ativos intangíveis	(101.816)
(-) Obras de arte	(27)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	1.386.483
Margem de solvência (I)	841.767
Capital base (II)	15.000
Capital adicional (III)	987.752
Capital adicional de risco de subscrição	939.685
Capital adicional de risco de crédito	89.977
Deflator em função da correlação entre os riscos	(41.910)
Soma do capital-base com o capital adicional (IV)	1.002.752
Capital mínimo requerido (CMR) = (maior entre (I) e (IV))	1.002.752
Suficiência de capital (PLA-CMR)	383.731

22 Benefícios a empregados

Planos de Previdência Complementar

A contribuição para os planos durante o exercício de 2012 totalizou a R\$ 20.415 (R\$ 20.684 em 2011), que estão integralmente cobertos por Fundos de Investimentos Especialmente Constituídos (FIEs) na empresa ligada Bradesco Vida e Previdência S.A. Além desse benefício, a Companhia oferece aos seus funcionários e administradores também seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional.

23 Transações e saldos com partes relacionadas

	2012	2011		2012	2011
Ativo	7.288	127.982	Despesas	(296.566)	(300.749)
Disponibilidades	43	122.800	Despesas com alugueis	(8.012)	(7.601)
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	43	122.800	Reno Holdings Ltda. (empresa ligada)	(2.346)	(2.417)
			Tâmisa Empreendimentos e Participações Ltda. (empresa ligada)	(337)	(304)
Dividendos a receber	3.668	3.814	Brécia Empreendimentos e Participações (empresa ligada)	(1.854)	(1.794)
EABS-Serviços de Assistência e Participações S.A. (controlada)	3.499	3.483	Danúbio Holdings Ltda. (empresa ligada)	(668)	(706)
Atlântica Companhia de Seguros (controlada até maio de 2012)	-	304	Bradesco Seguros S.A. (controladora direta)	(98)	(94)
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. (empresa ligada)	169	27	Niagara Participações e Empreendimentos Ltda. (empresa ligada)	(163)	(134)
			Caboquenas Holdings Ltda. (empresa ligada)	(102)	(95)
Valores a receber	3.577	1.368	Banco Bradesco S.A. (controlador final)	(2.444)	(2.057)
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta)	2.341	900	Despesas com serviços de assistência	(237.440)	(222.065)
Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada) (b)	1.236	468	Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada)	(237.440)	(222.065)
Passivo	(35.832)	(46.019)	Rateio das despesas administrativas (a)	(51.098)	(71.069)
Obrigações a pagar	(5.561)	(6.605)	Bradesco Seguros S.A. (controladora direta)	(51.098)	(71.069)
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta) (a)	(5.349)	(6.589)	Outras despesas (d)	(16)	(14)
Atlântica Companhia de Seguros (empresa ligada) (c)	(212)	(16)	Bradesco Seguros S.A. (controlador final)	(16)	(14)
Dividendos a pagar	(30.271)	(39.414)	Outras receitas	1.208	2.272
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta)	(18.121)	(23.594)	Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada) (b)	1.208	2.272
Bradesco Segprev Investimentos Ltda (empresa coligada)	(12.150)	(15.820)	Total (Receitas - Despesas)	(295.358)	(298.477)
Total (Ativo - Passivo)	(28.544)	81.963			

(a) Refere-se ao rateio de despesas administrativas compartilhadas é efetuada a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing; g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros.

(b) Refere-se a utilização de Call Center.

(c) Corresponde a despesas operacionais de titularidade da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros pagos pela Atlântica Companhia de Seguros.

(d) Despesas com taxa de custódia e serviços de ações escriturais.

a. Remuneração do pessoal chave Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social;
 - A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores do Grupo Bradesco Seguros.
- Em 2012, foi determinado o valor máximo de R\$ 10.000, líquido de encargos sociais, para remuneração dos Administradores e de R\$ 10.000 para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

	2012	2011
Benefícios de curto prazo a Administradores		
Proventos	9.904	10.445
Encargos sociais	2.227	2.350
Planos de previdência complementar de contribuição definida	10.058	10.721
Total	22.189	23.516

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal chave da Administração.

b. Outros

As operações compromissadas indicadas na nota explicativa nº4 tem como contraparte o Banco Bradesco.

24 Principais ramos de atuação

	2012			
Ramos	Prêmio emitido líquido	Prêmios ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
Automóvel/RCF	3.062.955	3.054.371	73,26	18,75
Compreensivo residencial	361.555	333.928	9,73	25,37
DPVAT	116.429	115.153	87,88	1,47
Riscos nomeados e operacionais	144.649	122.657	95,87	6,38
Transporte nacional/internacional/RC cargas	122.365	118.576	54,80	15,52
Compreensivo empresarial	80.208	81.204	41,42	32,28
Riscos diversos	76.236	76.746	19,43	28,52
Crédito doméstico	63.485	67.190	60,80	0,03
Marítimo/Aeronáutico	59.384	54.234	65,13	15,90
Responsabilidade civil geral	23.168	24.356	53,47	26,46
Garantia estendida	130.049	24.230	10,74	51,30
Demais	249.305	209.403	97,45	12,93
Total	4.489.788	4.282.048		

	2011			
Ramos	Prêmio emitido líquido	Prêmios ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
Automóvel/RCF	2.896.201	2.814.455	71,58	18,31
Compreensivo residencial	288.244	248.302	13,71	25,85
Transporte nacional/internacional/RC cargas	156.920	144.887	57,86	17,48
DPVAT	93.433	93.342	87,93	1,46
Riscos nomeados e operacionais	118.170	95.799	134,01	5,45
Compreensivo empresarial	82.905	81.597	34,65	34,76
Riscos diversos	71.344	72.067	24,90	15,47
Marítimo/aeronáutico	58.401	62.389	10,81	13,41
Crédito doméstico	64.644	65.954	48,95	0,23
Responsabilidade civil geral	22.882	16.188	16,12	22,43
Garantia estendida	26.336	18.505	6,48	32,82
Demais	170.609	146.505	30,87	12,51
Total	4.050.089	3.859.990		

25 Detalhamento das contas de resultado

a. Prêmios emitidos líquidos

	2012	2011
Prêmios diretos	4.159.248	3.882.653
Prêmios de cossegueros aceitos	235.499	100.299
Prêmios convênio DPVAT	116.429	93.433
Prêmios cedidos cossegueros	(21.433)	(26.377)
Prêmios de retrocessões	45	81
Total	4.489.788	4.050.089

continua

**b. Sinistros ocorridos**

	2012	2011
Sinistros diretos.....	(3.053.435)	(2.446.871)
Sinistros de cosseguros aceitos e retrocessões.....	(42.312)	(95.175)
Sinistros de consórcios e fundos.....	(95.141)	(76.560)
Serviço de assistência.....	(39)	(524)
Recuperação de sinistros.....	16.201	(33.670)
Salvados e ressarcimentos.....	229.113	209.237
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.....	46.527	(39.409)
Total.....	(2.899.086)	(2.482.972)

c. Custos de aquisição

	2012	2011
Comissões sobre prêmios emitidos.....	(757.905)	(712.539)
Comissões sobre prêmios cancelados.....	53.143	44.784
Comissões sobre prêmios restituídos.....	11.133	13.970
Comissões sobre prêmios de cosseguros cedidos.....	943	1.384
Despesas com inspeção de riscos.....	(41.738)	(42.325)
Outras despesas de comercialização.....	(117.004)	(44.812)
Variação das despesas de comercialização diferidas.....	63.472	49.730
Total.....	(787.956)	(689.808)

d. Outras receitas e (despesas) operacionais

	2012	2011
Despesas de seguros.....	(305.041)	(221.837)
Despesas com administração de apólice.....	(32.228)	(27.162)
Contribuições sobre comissões.....	(5.025)	(4.632)
Provisão para riscos de crédito.....	6.711	6.802
Provisão de processos judiciais cíveis.....	9.046	5.394
Receita com DPVAT.....	1.055	593
Outras receitas /(despesas) operacionais.....	(153)	(24)
Total.....	(325.635)	(240.866)

e. Resultado com resseguro

	2012	2011
Prêmios resseguros cedidos.....	(263.990)	(234.923)
Recuperação de indenização de resseguro.....	289.069	128.045
Variação das provisões técnicas – resseguro cedido.....	37.792	54.855
Variação da provisão IBNR – resseguro.....	(7.527)	(17.401)
Participação nos lucros.....	1.941	1.799
Total.....	57.285	(67.625)

f. Despesas administrativas

	2012	2011
Despesas com pessoal próprio.....	(228.003)	(221.986)
Honorários da administração.....	(9.904)	(10.445)
Ordenados.....	(113.257)	(106.824)
INSS/FGTS.....	(37.102)	(37.401)
Planos de previdência privada.....	(20.415)	(20.684)
Outras.....	(47.325)	(46.632)
Despesas com serviços de terceiros.....	(330.725)	(346.349)
Despesas com localização e funcionamento.....	(121.672)	(117.386)
Despesas com publicidade e propaganda institucional.....	(12.727)	(14.568)
Despesas com publicações.....	(1.048)	(638)
Despesas com donativos e contribuições.....	(1.850)	(2.412)
Despesas administrativas do convênio DPVAT.....	(6.708)	(6.335)
Despesas administrativas diversas.....	(13.282)	(3.410)
Total.....	(716.015)	(713.084)

g. Despesas com tributos

	2012	2011
Despesas com PIS.....	(13.550)	(11.161)
Despesas com COFINS.....	(83.431)	(68.677)
Despesas com taxa de fiscalização.....	(3.949)	(2.818)
Impostos/federais/estaduais/municipais.....	(2.455)	(2.365)
Outras despesas com tributos.....	(2)	(6)
Total.....	(103.387)	(85.027)

h. Resultado financeiro

	2012	2011
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa.....	364.022	377.304
Receitas com títulos de renda variável e dividendos.....	188	161
Receitas com atualização monetária e depósitos judiciais.....	6.716	7.100
Receitas com operações de seguros e resseguros.....	108.075	99.046
Outras receitas financeiras.....	20.947	43.681
Subtotal.....	499.948	527.292
Despesas financeiras		
Despesas com títulos de renda fixa.....	(7.990)	-
Tributação sobre operações financeiras.....	(24.668)	(25.454)
Atualização monetária de operações de seguros e resseguros.....	(65.941)	(72.529)
Atualização monetária de contingências passivas.....	(3.732)	(3.580)
Outras despesas financeiras.....	(18.040)	(26.825)
Subtotal.....	(120.371)	(128.388)
Total.....	379.577	398.904

i. Resultado financeiro por categoria

	2012	2011
Ativos disponíveis para venda.....	232.663	234.392
Ativos a valor justo por meio do resultado.....	123.369	142.912
Total.....	356.032	377.304

j. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2012	2011
Impostos diferidos		
Constituição (realização) no exercício sobre adições temporárias.....	146	(7.700)
Subtotal.....	146	(7.700)
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(20.032)	(63.893)
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(19.886)	(71.593)

26 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2012	2011
Resultado antes de impostos e participações.....	167.543	256.011
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 15%, respectivamente.....	(67.017)	(102.404)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Equivalência patrimonial tributada nas controladas e coligadas.....	50.862	32.333
Participações no resultado.....	8.081	7.387
Doações e patrocínios.....	(1.297)	(2.013)
Contribuição entidade de classe.....	(451)	(430)
Outros.....	(9.695)	(5.427)
Ajustes efetuados na declaração de rendimento.....	(369)	(1.039)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(19.886)	(71.593)
Alíquota efetiva.....	11,87%	27,96%

27 Informações complementares**a. Relatório do Comitê de Auditoria**

Em consonância com a Resolução CNSP nº 118/2004, o resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador) em 6 de fevereiro de 2013, no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

b. Eventos subsequentes

Em 18/02/2013 foram publicadas várias normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, sendo as mais relevantes: (a) as Resoluções CNSP nº 280 e 283 de 30/01/2013, que tratam de subscrição e de capital de risco operacional, respectivamente, sendo que a norma de capital de risco operacional entra em vigor na data de publicação e a de subscrição tem prazo de adequação até 31/12/2013; e (b) Resolução CNSP nº 281 de 30/01/2013 e Circular SUSEP nº 462 de 31/01/2013, que institui regras para a constituição de provisões técnicas, com prazo de adequação até 31/12/2013. A Companhia está avaliando os impactos destas normas.

DIRETORIA

Ricardo Saad Affonso	Diretor-Presidente	Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Diretor	Saint' Clair Pereira Lima
Carlos Eduardo Corrêa do Lago	Diretor-Gerente	Isair Paulo Lazzarotto	Diretor	Atuário - MIBA nº 943
Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor-Gerente	Humberto Marques Siqueira da Silva	Diretor	
Marco Antônio Gonçalves	Diretor-Gerente	Tárcisio José Massote de Godoy	Diretor	Getúlio Antônio Guidini
Enrique Adan Y Coello	Diretor			Contador CRC-RS 034447/O-7-T-RJ

PARECER ATUARIAL

À Diretoria e aos Acionistas da

Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

Rio de Janeiro – RJ

1. Realizamos a Avaliação Atuarial da adequação das Provisões Técnicas da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros, com base em 31 de dezembro de 2012, conforme estabelecido na Circular SUSEP nº 272/2004 além de considerar as orientações divulgadas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados posteriormente.

2. Nossa análise foi conduzida de acordo com os princípios atuariais e as práticas amplamente reconhecidas e aplicadas pelo mercado. Essa análise compreendeu, principalmente, a avaliação da capacidade da Companhia em honrar seus compromissos passados e futuros junto aos seus segurados. Assim, através de recálculos e testes de consistência, verificamos a suficiência das provisões técnicas constituídas, obedecendo ao disposto nas Resoluções CNSP nº 162/2006 e 195/2008 e suas alterações, durante o exercício 2012.

3. As provisões técnicas foram contabilizadas pelos valores calculados pelo atuário responsável, respeitando os critérios contábeis estabelecidos no plano de contas das Seguradoras. Os cálculos foram realizados de acordo com metodologia adequada e constante nas Notas Técnicas Atuariais à disposição da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados.

4. Realizamos teste de adequação de passivos com base nos conceitos definidos na Circular SUSEP nº 457/2012. O resultado do teste de adequação de passivos para a data-base de 31 de dezembro de 2012 não evidenciou deficiências das provisões.

5. Deste modo, com base nos parágrafos anteriores, ratificamos que as provisões técnicas constituídas em 31 de dezembro de 2012 são suficientes para honrar os compromissos da Companhia junto aos seus segurados.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2013

Saint'Clair Pereira Lima
Superintendente Executivo de Desenvolvimento,
Informações Gerenciais e Atuariais
Atuário - MIBA nº 943

Carlos Eduardo Corrêa do Lago
Diretor-Gerente Técnico Operacional

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e Acionistas da
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma

auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

As demonstrações contábeis do IRB – Brasil Resseguros S.A., mencionadas na Nota Explicativa nº 11 que serviram de base para os cálculos de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não foram examinadas por auditores independentes. O valor do investimento em 31 de dezembro de 2012 e o resultado de equivalência patrimonial registrado no exercício findo naquela data foram de R\$ 532.518 mil e R\$ 125.907 mil, respectivamente. Consequentemente, não foi praticável determinar se algum ajuste será necessário nas demonstrações contábeis da Companhia, caso as demonstrações contábeis do IRB – Brasil Resseguros S.A. tivessem sido examinadas por auditores independentes.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva" se houver, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2013



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6 F-RJ

Luciene Teixeira Magalhães
Contadora
CRC RJ079849/O-3

Érika Carvalho Ramos
Contadora
CRC 1SP224130/O-0